



PRIMEIRO
MINISTRO

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI
DE ORÇAMENTO PARA 2015**

Parlamento Nacional, Díli
1 de Dezembro de 2014



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Dili, Timor-Leste

Sua Excelência
 Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Suas Excelências
 Vice-Presidentes do Parlamento Nacional
Suas Excelências
 Senhoras e Senhores Deputados

Caros colegas, membros do Governo

Senhoras e senhores,

É para mim um privilégio dirigir-me, uma vez mais, a Vossa Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional e a todos os Distintos Deputados, nesta Magna Casa da Democracia, para apresentar o Orçamento Geral do Estado para 2015.

Cumprindo os objectivos do Estado, plasmados na Constituição da República, este Governo continua empenhado em transformar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos e com uma população próspera, saudável e instruída. O Plano Estratégico de Desenvolvimento e o Programa do Governo traçam o caminho que é necessário percorrer para concretizar estes objectivos.

O orçamento que é aqui hoje apresentado estabelece as dotações necessárias para financiar as políticas que visam desenvolver Timor-Leste, a passos seguros. Estas políticas são transversais e integradas, e foram formuladas sem nunca perder de vista os desafios inerentes à nossa jovem nação, as necessidades do nosso Povo e os obstáculos próprios da fase actual do nosso desenvolvimento.

E o desenvolvimento, senhoras e senhores, que já alcançámos nestes doze anos de independência, não teria sido possível sem o esforço colectivo e primordial do Estado timorense na consolidação do exercício democrático e sem os alicerces sólidos que construímos em matéria de paz e estabilidade que sentimos e vivemos em todas as comunidades no nosso país.

Em suma, antes como hoje, os desafios que se apresentam ao nosso país têm que ser encarados de forma consensual e num esforço colectivo de superação. Os debates democráticos, a participação quer das instituições do Estado quer da Sociedade Civil na procura de soluções comuns, ou, por outras palavras, o sentido de Estado e o sentido de cidadania, são factores fundamentais para a transformação que pretendemos para Timor-Leste.

O Governo, na sua competência executiva, entende que o curso desta transformação – da saída da pobreza para o verdadeiro crescimento de Timor-Leste – tem que ser inclusivo, equilibrado e sustentável.

Para tal, ao considerar o Orçamento Geral do Estado para 2015 não podemos perder de vista quatro objectivos fundamentais:

Primeiro, que a política fiscal seja sustentável a médio e a longo prazo.

Segundo, que o crescimento económico sustentável seja coerente e que beneficie todos os cidadãos timorenses, desde as áreas urbanas às áreas rurais.

Terceiro, que invistamos em infra-estruturas de qualidade, e recursos humanos qualificados, que sustentem o crescimento económico, a prestação de serviços e o desenvolvimento de todos os sectores produtivos da Nação.

Quarto, que sejam protegidos todos os timorenses e sobretudo os que mais precisam e merecem, aqueles que nem sempre podem beneficiar directamente do crescimento económico.

Por estas razões, mais uma vez, ao apresentar o Orçamento Geral do Estado de 2015, fazemo-lo com a convicção de que este OGE representa uma solução para as várias vontades que fazem de Timor-Leste uma Nação resiliente, num acto de genuína responsabilidade e democracia.

Por esta razão, a gestão das receitas do petróleo e o recurso ao Fundo Petrolífero exigem responsabilidade e transparência. No entanto, exigem também coragem e astúcia, pois são estes recursos que ao serem bem investidos permitem dar continuidade ao processo de construção da Nação e ao desenvolvimento humano no nosso país.

O investimento prudente destes recursos, com responsabilidade e transparência, é o que permite alimentar o nosso sonho comum de ter as nossas crianças na escola e bem alimentadas, de ter os nossos jovens saudáveis, qualificados e empregados e de ver os nossos mais velhos acolhidos e bem tratados, depois dos sacrifícios que já ofereceram à Pátria.

Por isso, senhoras e senhores, a gestão e a protecção dos nossos recursos naturais é uma questão que diz respeito a todos os timorenses, é uma questão de dignidade e de soberania nacional!

Excelências,

Ao entrarmos em 2015, não podemos deixar de reflectir sobre os acontecimentos deste ano de 2014, quer a nível nacional quer internacional, que têm inevitavelmente impacto na tomada de decisões do Estado timorense.

Todos sabemos que o contexto internacional está conturbado. Timor-Leste está suficientemente afastado dos centros de poder globais para poder observar aquilo que se passa no mundo, sem condicionalismos políticos ou económicos.

Vemos que o compromisso internacional para com o desenvolvimento e para com a democracia é ditado pelos países mais desenvolvidos do mundo. Estes impõem os seus padrões invioláveis e universais, muitas vezes em profundo desrespeito pelas circunstâncias e adversidades sentidas pelos países mais jovens, pelos países mais pobres, e pelos países que vivem em situação deplorável de guerra e de permanente conflito.

Não é possível ignorar que cerca de 2,2 mil milhões de pessoas no mundo estão já, ou vão entrar, em situação de extrema pobreza, fragilidade e conflito!

É impossível ignorar que nestas nações não irá ser concretizado um único Objectivo de Desenvolvimento do Milénio até 2015!

É impossível ignorar que existem focos de guerra um pouco por todo o mundo. Lembro aqui o pesadelo que se vive no Iraque, no Afeganistão, na Líbia, na Síria, na Ucrânia, em Israel e na Palestina, no Sudão do Sul e na República Centro Africana! Sim, no mundo globalizado de hoje, onde o acesso ao conhecimento e a arte da diplomacia são instrumentos importantes do século XXI, vivemos antes com medo, com desconfiança e com profunda insegurança sobre o futuro da humanidade.

Os grandes centros de decisão, não souberam ainda ou não querem aperceber-se das causas reais dos problemas da humanidade, que são a exclusão, o empobrecimento e a marginalização de grupos e tentam resolver um conflito social com guerras, onde se gastam triliões de dólares, beneficiando os fabricantes de armas e seus próprios países.

Não podemos ainda ignorar que as ameaças ambientais continuam a aumentar, colocando em causa as aspirações legítimas de desenvolvimento, eu diria mesmo de subsistência, de alguns países! Os países mais desenvolvidos do mundo só prometem planos de acção, quase nunca concretizados – tive a oportunidade de acompanhar os debates na última Assembleia-Geral das Nações Unidas numa dita ‘Cimeira das Mudanças Climáticas’ e acredito todos acompanhámos as declarações de boa-vontade sobre o mesmo assunto, na Cimeira do G-20, em Brisbane, ainda no mês passado.

Vemos, senhoras e senhores, a desigualdade a aumentar no mundo porque a riqueza está concentrada nas mãos de poucos; porque os interesses económicos, a ganância e a corrupção prevaleceram ao sentido de humanidade. Não é novo que, em toda a União Europeia, a corrupção atinge os \$120 mil milhões de euros por ano. Na Cimeira do G-20, em Brisbane, os líderes mundiais declararam guerra à evasão de taxas e ao branqueamento de capital que, anualmente, estava calculada em \$1.3 triliões de euros na Europa e \$1.7 triliões de dólares nos Estados Unidos da América. O próprio Banco da América revelou, há meses atrás, uma fraude de \$16 mil milhões de dólares, montante igual ao dinheiro do nosso Fundo do Petróleo.

Já tive a oportunidade de denunciar em diferentes fora internacionais e, inclusive, na Assembleia-Geral da ONU, a forma injusta como esta equipara num mesmo saco, um Timor-Leste ou um pequeno país do Pacífico, não esquecendo países em África e na própria Ásia, aos países mais desenvolvidos do G-7, da América e da Europa, ao Japão, Austrália e à China.

A meu ver, os padrões são impostos de forma inconsistente, irrealista e fora do contexto das realidades próprias dos países e, conseqüentemente, das suas instituições do Estado. Aliás, às sociedades mais desenvolvidas, é permitido justificar qualquer tipo de violação de direitos humanos sob o chavão da “segurança interna” dos seus países. Já nas democracias mais recentes e ainda em fase de consolidação, a defesa dos seus interesses nacionais, da sua soberania, é considerada uma violação ao Estado de Direito!

Mas os países pequenos também têm o direito de reagir àquilo que é uma agressão ao Estado e aos Direitos da sua população!

Ao detectar irregularidades inaceitáveis e condutas de violação clara do direito internacional no decurso das negociações do Tratado do Mar de Timor, que prevê a partilha do petróleo “off-shore”, entre o nosso país e a nossa vizinha Austrália, Timor-Leste propôs, no final de 2012, a mesa de conversações para resolver os diferendos e a injustiça causada a Timor-Leste. Esta proposta foi recusada por Canberra, não dando outra alternativa ao Governo timorense senão levar o caso ao Tribunal de Arbitragem de Haia, para suprimir a clara vantagem da Austrália em detrimento dos interesses dos já martirizados timorenses sobre um bem que lhes pertence.

Por insistência de Canberra, concordámos suspender, por 6 meses, o caso de Arbitragem em Haia, e hoje estamos a desenvolver contactos com o objectivo central de defender os legítimos interesses de Timor-Leste e do seu povo.

Também a actuação das multinacionais do petróleo a tentarem apoderar-se dos recursos naturais do povo timorense, pagando menos impostos daquilo que é devido e fazendo deduções ilícitas, levaram à instauração de dezenas de processos nos tribunais, pois mais uma vez trata-se de restituir, aos timorenses, aquilo que é seu por direito.

Timor-Leste está determinado em fazer vencer a sua vontade política colectiva, consubstanciada nos valores democráticos que partilhamos e que estão plasmados na Constituição da República. Senhoras e senhores, foi por esta razão que todo o nosso Povo ofereceu os seus sacrifícios! Não lutámos - não sofremos e morremos – apenas para ter a nossa bandeira independente, mas antes para poder exercer e usufruir daquilo que é nosso por direito!

E a defesa da nossa soberania implica também a consolidação da autonomia e o funcionamento eficiente, profissional e responsável de todas as Instituições do Estado sem excepção. Aliás, a soberania deve estar no centro de actuação de todos os órgãos do Estado, cujos servidores são pagos para defender os interesses da Nação e os interesses do povo, com honesto sentido de Estado.

Se um destes órgãos se encontra debilitado, toda a máquina do Estado é afectada e exige uma acção imediata para a protecção do bem comum. É por isso imperativo garantir que onde são detectadas fragilidades no funcionamento do Estado como um todo, se actue com vista ao seu fortalecimento, usando da interdependência de poderes. Um dever aliás que compete aos órgãos de soberania.

Muitos talvez não compreendam isto e não entendem os mais altos valores de soberania que temos para defender. Muitos ainda não compreenderam os desafios que se colocam a um país jovem como o nosso que foi construído a partir do nada, ou do menos que nada.

As particularidades da nossa Nação, os sacrifícios do nosso Povo, o futuro do nosso País, exigem por vezes tomadas de posição rigorosas ainda que “incompreendidas” à escala das ditas democracias modernas e seculares. Estão em causa princípios e recursos que fazem parte da nossa realidade, da nossa cultura e da

nossa identidade, que fazem parte da nossa luta abnegada pela Independência e Soberania.

Ao que outros chamam de arrogância, é, no entanto, para nós timorenses, meramente o reconhecimento da necessidade premente de corrigir aquilo que não nos serve e de reformar aquilo que não protege os interesses superiores da Nação!

Excelências
Senhoras e Senhores,

É incontestável que nos últimos anos observámos uma melhoria considerável e generalizada dos níveis de vida em Timor-Leste.

A par das reformas que conduziram à paz e à estabilidade do país, o Governo empenhou-se também na reforma da gestão do Estado e do sistema financeiro e na implementação de políticas económicas que levaram a taxas de crescimento económico muito elevadas.

Entre 2007 e 2011 tivemos um crescimento do PIB não petrolífero de 12,5% ao ano durante este período. Em 2012, o crescimento do PIB não-petrolífero abrandou para os 7,8% e sublinhe-se que este crescimento não foi motivado pelas despesas do Estado, o que revela uma primeira etapa de transição para um crescimento económico de maior qualidade, sustentável e com baixa inflação, conduzido sobretudo pelo sector privado.

Não podemos aqui deixar de fazer a comparação com outros países, já que Timor-Leste tem tido um desempenho francamente bom segundo os padrões internacionais, principalmente quando comparado com as economias emergentes da região asiática. A nossa estimativa é de que entre 2013 e 2015 o crescimento económico se situe entre os 5,6% e os 7,1%. Esta tendência de crescimento é consistente com a nossa aposta na sustentabilidade das despesas governamentais e na inflação, a qual não ultrapassa o alvo estabelecido no nosso Plano Estratégico de 4 a 6%.

A estratégia do Governo, desde 2007, tem sido a de que é ao sector privado que compete impulsionar a economia. Temos, aliás, repetido ao longo destes anos que tem sido necessário, nesta fase inicial, ser o Estado a fomentar o crescimento através da despesa pública, uma vez que o sector privado era incipiente e que não estava pronto para assumir o seu papel de destaque enquanto motor da economia.

Agora que as condições têm vindo a ser criadas, abre-se lugar para um novo período da história de Timor-Leste, em que se prevê que seja o sector privado, e não o Estado, a conduzir o crescimento económico, posicionando o país a nível regional mas também global.

A taxa elevada de investimento previsto por parte do sector privado, que assenta em propostas sólidas de investimento de empresas multinacionais, é uma prova do sucesso das políticas governamentais anteriores.

Hoje não haveria grandes empresas de produção interessadas em investir em Timor-Leste se o Governo não tivesse investido, nomeadamente, no projecto de alargamento e recuperação da rede nacional de estradas, no projecto do Tasi Mane e o investimento integrado da costa sul, na construção de portos, designadamente em Tibar e no Suai, na melhoria das instalações dos aeroportos, e certamente se não tivesse melhorado a geração, transmissão e distribuição de electricidade.

De acordo com um recente estudo da consultora *PricewaterhouseCoopers*, em parceria com o Banco Mundial, Timor-Leste é o país mais competitivo em termos de carga fiscal entre os Estados membros da CPLP e, num ranking de 189 países analisados, estamos na quinquagésima quinta posição. De facto, a nossa estratégia para atrair o investimento estrangeiro, essencial à diversificação económica, passa por nos apresentarmos como um país competitivo e atractivo para a criação de negócios.

O recente Acordo de Investimento firmado com a empresa *Heineken Asia Pacific Pte. Ltd.*, que envolve mais de 40 milhões de dólares, é um exemplo do que acabo de referir.

E como se pode verificar também no mais recente Relatório *Doing Business* 2015, do Banco Mundial, Timor-Leste é, e passo a citar, “a economia que mais progrediu na simplificação da criação de uma nova empresa, através da concepção de um balcão único”. Podemos, pois, afirmar que o nosso trabalho está a produzir os resultados esperados e o SERVE, o balcão único, é mais uma prova disso.

Este ambiente favorável que estamos a criar para o estabelecimento de negócios no país, a par dos investimentos na construção de infra-estruturas, são pois essenciais para a criação de emprego, para a diminuição da dependência do sector petrolífero e para a afirmação de Timor-Leste como um país a caminho da modernidade e do progresso.

Foi também no âmbito desta estratégia que criámos este ano a Agência Especializada de Investimento, designada por “Investe Timor-Leste”, e cujo objectivo principal é promover o investimento privado e as exportações no país. A operacionalização desta agência e a implementação das políticas em curso para o aumento da produção agrícola, industrial e de serviços, vão certamente catapultar o desenvolvimento económico, social e humano do país.

Fundamental para o desenvolvimento integrado do país, e para diminuir assimetrias de desenvolvimento entre a capital e os demais distritos, é a elaboração de políticas, como a da descentralização, que promovam uma mais justa distribuição de recursos e a criação de condições adequadas de vida a todo o povo. Programas como o PDID e o PNDS são dois exemplos de implementação prática das mesmas e através dos quais temos conseguido também melhorar o acesso à água, ao saneamento, à saúde, à educação e cultura e à formação das lideranças locais, fundamentais para um desenvolvimento inclusivo.

E porque acreditamos no potencial do nosso país, avançámos para o projecto arrojado de desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oecusse Ambeno, projecto liderado por Sua Excelência o Dr. Mari Alkatiri, e da criação da Zona Especial de Economia Social de Mercado, cujo enquadramento legal foi já preparado e cuja

operacionalização já teve início. Em 2015 com uma transferência de cerca de **9,9 milhões** para o desenvolvimento conceptual do programa da ZEESM, será possível começar a implementar o plano de desenvolvimento desta região.

Lembro, aliás, que já estão em curso os preparativos para a organização das celebrações dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Oecusse. Estas celebrações irão contar com a presença de altos dignitários internacionais e serão um forte impulso para o desenvolvimento desta região.

Também a evolução da iniciativa de desenvolvimento triangular integrado dos três Estados da nossa sub-região - Timor-Leste, o Território do Norte da Austrália e algumas das mais próximas Províncias da Indonésia – confirmam um desenvolvimento promissor de alguns sectores importantes como o turismo, a energia, a agricultura e a Investigação e Desenvolvimento, garantindo ainda o reforço dos laços culturais, sociais e de amizade com os nossos vizinhos mais próximos. Está previsto em 2015, ser investido **1 milhão de dólares** para dar continuidade a este programa.

Podemos orgulhar-nos igualmente da melhoria dos indicadores sociais que se devem naturalmente à execução das políticas e programas do Governo, aos planos sectoriais, aos projectos da sociedade civil e dos parceiros de desenvolvimento. Todos, em conjunto, temos trabalhado em prol do desenvolvimento do país.

Podemos constatar rapidamente estes factos através da consulta dos registos de matrículas escolares, malnutrição infantil, mortalidade infantil, uso de electricidade e consumo das famílias.

A percentagem de crianças que frequentam a escola em Timor-Leste aumentou de forma acentuada, passando dos 66% em 2007 para os 92% em 2013.

Neste momento, temos mais de 3.300 bolsas atribuídas, sendo que a maioria dos beneficiários estão a realizar os seus estudos e formações em Timor-Leste. As instituições que detêm o maior número de bolseiros são os ministérios da saúde, da educação, a UNTL e o INAP. Acreditamos que este investimento vai proporcionar um retorno a muito breve trecho para o Estado, dado que recursos humanos qualificados e aptos para um mercado de trabalho exigente e competitivo são absolutamente vitais no âmbito da nossa estratégia de desenvolvimento do país.

A aprovação este ano do currículo nacional de base do primeiro e segundo ciclos do ensino básico, do currículo nacional de base da educação pré-escolar e do referencial para as políticas de educação pré-escolar, vão permitir-nos melhorar o ensino e preparar as nossas crianças para os desafios futuros que a escola oferece.

A mortalidade de bebés e crianças com menos de cinco anos em Timor-Leste situa-se igualmente em mínimos históricos, tendo descido aproximadamente 50% entre 2001 e 2009. De facto, e conforme o Relatório de Timor-Leste sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio de 2014, Timor-Leste atingiu duas metas nesta área, designadamente a redução da mortalidade de crianças com menos de 5 anos e da mortalidade infantil.

Em 2014, Timor-Leste foi agraciado pela Organização Mundial de Saúde pelos resultados obtidos na implementação do Programa Nacional de Controlo da Malária. A drástica redução do número de casos registados de malária e de fatalidades relacionadas com a malária resultam de uma eficiente política de prevenção e também de uma melhoria do processo de diagnóstico e tratamento. Termos atingido o Objectivo do Desenvolvimento do Milénio para a malária é demonstrativo de que temos o nosso povo no centro das nossas prioridades e acções.

A malnutrição infantil registou igualmente uma queda significativa. Em 2001 aproximadamente metade (46%) das crianças com menos de cinco anos tinham peso abaixo do normal. Desde então registaram-se progressos consideráveis, tendo a percentagem de crianças com peso abaixo do normal caído para os 38% em 2013. O Governo através do aumento da produção agrícola e do encorajamento dos cidadãos a melhorar as suas dietas alimentares e ainda através dos programas de merendas escolares, está fortemente empenhado em alterar esta situação.

Porque não podemos estar satisfeitos com os indicadores da nutrição no país, o Governo associou-se à campanha “Juntos Contra a Fome”, da CPLP, e ao “Desafio Fome Zero”, da ONU, e desenhou um Plano de Acção Nacional para a Erradicação da Fome e Malnutrição em Timor-Leste. O objectivo é melhorar a segurança alimentar e reduzir a fome no país em dez anos, ou seja, até 2025.

A aprovação da Base Política para o Turismo, sector estratégico da economia nacional, tem agora um instrumento essencial para o seu desenvolvimento. O estabelecimento de um centro de formação em turismo e hotelaria e de quatro centros de informação previstos para 2015, são já parte da operacionalização desta política no sector do turismo.

Por outro lado, o acesso à electricidade por parte das famílias timorenses aumentou também de 22% em 2007 para 53% em 2013.

De igual modo, o consumo das famílias a nível de bens e serviços em Timor-Leste registou um aumento de 36% entre 2008 e 2012.

E por falar em famílias, não posso aqui deixar de mencionar o papel fundamental que as mulheres têm na construção deste país. No seio das suas famílias e no seio da comunidade, é cada vez mais reconhecido na nossa sociedade a sua capacidade regeneradora e transformadora, contribuindo de forma exemplar para o desenvolvimento humano e económico de Timor-Leste. O Governo continua empenhado em reformar instituições, políticas e tomadas de decisão que conduzam à efectiva igualdade do género. O Parlamento Nacional é um bom exemplo, onde vemos actualmente 38,5% dos assentos parlamentares a serem ocupados por mulheres.

O Governo está também preocupado com a sustentabilidade ambiental considerando que no nosso país cerca de 90% da população utiliza lenha como fonte de energia para cozinhar, o que danifica as nossas florestas. Para além dos investimentos a que temos procedido nos últimos anos em energias alternativas, acreditamos que a recente expansão da rede eléctrica nacional irá reduzir drasticamente o uso da lenha e a consequente desflorestação.

O ano de 2014 foi importante para Timor-Leste já que assumiu, pela primeira vez, a presidência rotativa da CPLP, na última cimeira de Chefes de Estado e de Governo organizada em Díli, em Julho deste ano.

A preparação deste evento exigiu empenho, muito trabalho e diria mesmo paciência de muitos timorenses. Julgo, no entanto, que os benefícios deste esforço colectivo estão patentes no nosso dia-a-dia. Por exemplo, a construção da Ponte da CPLP, infra-estrutura muito importante e que está a contribuir para uma circulação na cidade mais fácil e segura; a recuperação dos jardins e outros locais públicos que são agora espaços que promovem o bem-estar e o convívio da população, a recuperação de estradas e a construção de infra-estruturas de saneamento, intervenções que são fundamentais para melhorar as condições de vida na capital.

E, claro, temos o contributo político que queremos dar à CPLP. O fortalecimento e o crescimento desta instituição, designadamente promovendo a sua abertura a novos sectores de cooperação como o económico, fazem parte da nossa ambiciosa agenda, mas também o apoio e acompanhamento dos países em situação de vulnerabilidade, como é o caso da Guiné-Bissau, ou em fase de integração, como é o caso da Guiné Equatorial. E por isso, o Governo propôs que o Dr. José Ramos-Horta seja nomeado o Enviado Especial da CPLP para estes dois países. Esta proposta do Governo, e que foi já submetida à aprovação de Sua Excelência o Presidente da República, demonstra o nosso total compromisso com os objectivos e missão da CPLP.

A presidência timorense está francamente empenhada em impulsionar a cooperação económica e empresarial no seio da CPLP, no sentido de estimular o desenvolvimento de projectos empresariais que reforcem os sectores privados nacionais, a promoção de parcerias e a transferência de tecnologia e de conhecimento, que ajudem a alavancar as respectivas economias para a abertura necessária à integração económica regional nos espaços onde estão inseridas. Em 2015, cerca de **1,5 milhões** de dólares irão financiar a presidência timorense da CPLP.

Timor-Leste cumpriu as suas obrigações, como membro das Nações Unidas, ao ajudar os países em conflito ou pós-conflito e ainda com instituições frágeis do Estado sobretudo no processo de agendamento dos seus programas para a 'Agenda de desenvolvimento das Nações Unidas pós-2015'. Temos actuado com sucesso no grupo de 'g7+', o qual continuaremos a apoiar com um Secretariado, instalado em Díli.

Muitos países necessitam de oportunidade de diálogo para a reconciliação das diferenças, em ordem ao estabelecimento da paz, como condição indispensável para projectar programas de desenvolvimento, que beneficiem a todos os seus cidadãos.

Foi assim que, por iniciativa do Presidente da República, Taur Matan Ruak, vai ser estabelecido em Díli, um Centro de Diálogo, Reconciliação e Paz. Sem ambição a protagonismos, Timor-Leste vai tentar contribuir, com o mínimo que pode, para a paz no mundo.

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Suas Excelências
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional
Suas Excelências
Senhoras e Senhores Deputados

O Orçamento Geral do Estado para 2015 irá dar continuidade à linha de actuação que permitiu alcançar os progressos já referidos e reconhecidos a nível internacional. Temos que manter a consistência no investimento prioritário em áreas de desenvolvimento físico, humano e social, assegurando ao mesmo tempo a prudência necessária para permitir a sustentabilidade fiscal. Para tal propomos neste orçamento a contracção das despesas correntes, razão pela qual se propõe apenas o aumento mínimo necessário.

A médio e a longo prazo as infra-estruturas que estão a ser criadas irão contribuir irreversivelmente para o crescimento económico, permitindo o aumento das receitas domésticas e a diminuição das despesas ao longo do tempo. Por esta razão podemos dizer que os levantamentos do FP, entre 2015 e 2017, são uma condição temporária, mas essencial, para assegurar os grandes investimentos necessários na continuação da construção de infra-estruturas cruciais ao país, prevendo-se uma diminuição progressiva a partir de 2018.

O Orçamento Geral do Estado para 2015 é de 1.570 milhões de dólares, portanto um aumento inexpressivo relativamente ao ano de 2014, de forma a garantir a sustentabilidade fiscal e assegurar que a procura na economia é consistente com uma inflação baixa.

No terceiro trimestre de 2014 a inflação foi de apenas 0,5%, o que significa que em média os preços eram superiores apenas muito ligeiramente aos registados no período homólogo do ano anterior. Actualmente prevê-se que a inflação não ultrapassará o alvo de 4 a 6%, pelo menos até ao final de 2015, podendo inclusivamente ficar abaixo dos 4%.

Uma inflação mais baixa significa que é mais provável que o poder de compra dos cidadãos aumente e que a pobreza diminua. Conduzirá também a aumentos menores nos custos suportados pelas empresas, o que permitirá aumentar a competitividade internacional das empresas timorenses.

É igualmente esperado que o consumo das famílias continue a aumentar de forma significativa. Isto significa que muitas famílias serão capazes de aumentar a quantidade de bens que comprem e que consomem. Partindo do princípio que este aumento no consumo será generalizado, isto resultará também na redução da pobreza.

O orçamento para 2015 é assim consistente com um futuro crescimento económico forte, sustentável e de qualidade elevada e está dividido do seguinte modo:

- **184,1 milhões** de dólares com **Salários e Vencimentos**
- **504,7 milhões** de dólares com **Bens e Serviços** (incluindo o FDCH)
- **340,3 milhões** de dólares com **Transferências Públicas**

- **36,7 milhões** de dólares com **Capital Menor**
- **504,3 milhões** de dólares com **Capital e Desenvolvimento** (incluindo o Fundo de Infra-estruturas e os empréstimos)

O total de investimento para o **Fundo das Infra-estruturas é de 434 milhões** de dólares, incluindo empréstimos e de 364 milhões de dólares, excluindo empréstimos.

O total da dotação orçamental para o **Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano é de 32,1 milhões de dólares**, dos quais o valor de 2,1 milhões de dólares corresponde ao saldo transitado do ano de 2014, nos termos da lei. Este programa irá manter-se em 2015, continuando a aposta fundamental de desenvolver o nosso capital humano, capacitando os nossos jovens com formação vocacional e técnica e bolsas de estudo para o ensino superior, ressaltando no entanto que estamos a efectuar as avaliações necessárias para garantir o máximo retorno do investimento feito pelo Estado.

Em 2015 o Orçamento Geral do Estado irá ser financiado com **170,4 milhões de dólares das receitas não petrolíferas estimadas**. Prevê-se que estas receitas continuem a aumentar em 2015 e a médio-prazo. Sendo, no entanto, a taxa de crescimento registada ligeiramente inferior a anos anteriores devido à diminuição das receitas da venda do arroz, em resultado do aumento da oferta interna deste produto.

O **défi ce fiscal de 1.399,6 milhões de dólares** será financiado em 1.327,5 milhões de dólares, a partir do Fundo Petrolífero, dos quais **638,5 milhões de dólares correspondem ao Rendimento Sustentável Estimado e 689 milhões de dólares acima do Rendimento Sustentável Estimado**. É ainda financiado em **70 milhões de dólares através do recurso ao crédito público e 2,1 milhões de dólares em dinheiro**. O levantamento adicional previsto do Rendimento Sustentável Estimado é pois moderado e coerente com a política de investimento prevista no Plano Estratégico de Desenvolvimento que o Governo está a implementar.

Excelências

Senhoras e senhores,

A curto prazo a nossa nação encontra-se numa posição financeira muito sólida. No final do terceiro trimestre de 2014 o saldo do Fundo Petrolífero era de 16,6 mil milhões de dólares, estando previsto que aumente para 18,9 mil milhões até ao final de 2019.

O saldo actual no Fundo Petrolífero é mais de dez vezes superior ao montante total que o Governo tenciona gastar em 2015. Fica assim claro que o Estado continuará a dispor de uma base financeira sólida no curto ou médio prazo.

O Fundo Petrolífero estabelecido em 2005 foi uma estratégia importante de investimento que garantiu a transparência e a boa gestão dos recursos petrolíferos de Timor-Leste. O Fundo Petrolífero ao não fluir directamente para o Orçamento de Estado, contribui para evitar a instabilidade macroeconómica, sendo os levantamentos do Fundo assentes no que é sustentável a longo prazo e não em alterações a curto prazo das receitas petrolíferas.

Ao não serem usadas estas receitas de forma discricionária, evitamos as subidas e descidas acentuadas nos preços dos bens e a volatilidade ao nível da despesa pública, da procura e da inflação. Evitámos assim a maldição dos recursos e optámos por investir em infra-estruturas básicas, e em sectores como a educação e a saúde que sustentam o desenvolvimento económico do país.

Ao, em 2011, termos emendado a Lei do Fundo Petrolífero, após um processo longo, rigoroso e participativo, foi possível alocar até 50% em acções públicas, pelo menos 50% em rendimentos fixos e não mais do que 5% em instrumentos alternativos. Esta estratégia de diversificação do Fundo Petrolífero veio a confirmar-se uma boa estratégia, permitindo um retorno importante e valoroso.

O Governo está igualmente empenhado em relação à sustentabilidade fiscal a longo prazo, por via da sua política de antecipação de despesas. Esta política prevê levantamentos acima do Rendimento Sustentável Estimado a curto prazo para que haja crescimento económico, aumento das receitas domésticas e diminuição das despesas a longo prazo.

Relativamente à taxa de execução orçamental, a 29 de Novembro, o Governo registou uma execução orçamental em dinheiro no valor de 1.077 milhões e em obrigações no valor de 228 milhões. É provável que a maioria destas obrigações irá resultar em execução em dinheiro antes do encerramento do ano financeiro.

Isso significa que ao encerrar o ano financeiro iremos ter, muito provavelmente, uma taxa de execução orçamental de cerca de 87%. Esta é uma taxa de execução bastante elevada, sobretudo considerando que o orçamento de 2014 só começou a ter exequibilidade legal, praticamente a partir do terceiro mês do corrente ano, ou seja, em Março, actuando os dois primeiros sob o regime de duodécimos, e demonstra que os processos de formulação e execução do orçamento continuam a melhorar.

Estamos confiantes que a introdução dos novos instrumentos de fiscalização e monitorização do Programa do Governo e do Plano Estratégico de Desenvolvimento, estabelecido pelo Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento e operacionalizado através das matrizes do PED, assegurem também a correcta adequação entre o que é planeado e os resultados práticos obtidos, de forma a continuar a termos taxas de execução orçamental elevadas e resultados concretos e com impacto na população.

Como sabem, este instrumento permite ainda planear de forma integrada, cruzando os sectores de desenvolvimento de uma forma articulada, de forma mais eficaz e eficiente e ainda favorecendo a melhor coordenação interministerial.

Este esforço de coordenação irá permitir melhores resultados dos quatro sectores estratégicos definidos no PED. Neste contexto, o Orçamento Geral do Estado para 2015 reflecte os sectores estratégicos comprometidos pelo Governo, ao mesmo tempo que garante os quatro objectivos fundamentais acima referidos.

O orçamento para 2015 cumpre uma política fiscal sustentável

Em primeiro lugar, o montante total do orçamento é de 1.570 milhões de dólares. Isto representa um aumento inferior a 5% relativamente ao orçamento para 2014 e mostra que o **Governo limitou a subida geral das despesas**. Temos igualmente que o orçamento para 2015 é inferior em 13% relativamente ao orçamento para 2012. Isto mostra que ao longo dos últimos anos o **Governo tem seguido uma política fiscal conservadora, cortando o volume do orçamento em vez de o aumentar**.

Em segundo lugar, o Governo identificou e **eliminou despesas desnecessárias e limitou a subida das despesas recorrentes**. Mais especificamente, as despesas recorrentes no orçamento de 2015 de 1.029 milhões, corresponde a um aumento de menos de 4% às registadas no orçamento para 2014.

Em terceiro lugar, as estimativas de despesas a médio prazo mostram claramente o padrão de antecipação. Prevê-se que as despesas públicas aumentem em 2016, com vista à construção de infra-estruturas essenciais, mas que a partir daí **comecem a descer** e, previsivelmente, que os levantamentos acima do RSE comecem a diminuir.

Em quarto lugar, as **receitas domésticas registaram um crescimento nos últimos anos**, sendo esperado que este crescimento se mantenha a médio prazo. Em 2015 prevê-se uma cobrança de receitas domésticas no valor de 170 milhões de dólares, o que representa um aumento de 62% em relação ao montante cobrado em 2011. Até 2019 prevê-se que as receitas domésticas ultrapassem largamente os 200 milhões de dólares, passando para mais do dobro do valor registado em 2011.

Sobre as receitas domésticas é necessário analisar correctamente a realidade e compreender o ciclo de desenvolvimento que as originam. As receitas resultam da actividade do sector privado, já que são os impostos pagos pelas companhias e pelos trabalhadores que contribuem para o aumento das receitas domésticas. Assim, é necessário garantir a criação de infra-estruturas de qualidade e recursos humanos capazes e produtivos para atrair os investidores e fortalecer o tecido empresarial do país.

O orçamento para 2015 considera todos os timorenses

O fornecimento de **energia eléctrica** em todo o país reflectiu-se numa melhoria substancial da vida dos timorenses em todo o país, para além de contribuir de forma inequívoca para o desenvolvimento económico. É indispensável continuar a financiar o projecto de electrificação, através da aquisição de combustível e da manutenção dos geradores eléctricos. Vai ser por isso investido **115,6 milhões de dólares** para este efeito.

Continuarmos a investir na nutrição das nossas crianças e jovens, através do programa de **merenda escolar**, que visa melhorar a saúde das crianças e, ao mesmo tempo, os seus resultados escolares. Com cerca de **17,8 milhões de dólares**, no Ministério da Educação, iremos financiar o programa de merendas escolares em escolas públicas e também atribuir bolsas de estudo.

Iremos ainda, na educação, continuar a apoiar as universidades, instituições salesianas de ensino e também o programa de merendas escolares em escolas privadas, com **6,2 milhões**. Já a **UNTL** disporá de **4 milhões**, em transferências públicas, para bolsas de estudo em instituições internacionais, garantindo assim o acesso a universidades de renome mundial aos estudantes timorenses.

Um importante investimento será ainda a **disponibilização de medicamentos e alimentos aos nossos doentes**, atribuindo cerca de **15,3 milhões de dólares** para o Ministério da Saúde melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados. Ainda neste sentido, com **1,2 milhões de dólares**, irão ser adquiridos equipamentos médicos, incluindo laboratórios e equipamentos de raio-X para os serviços de saúde.

Também com **8,3 milhões**, em transferências públicas, o Ministério da Saúde irá continuar a possibilitar o tratamento no estrangeiro para situações de emergência que não possam ser resolvidas no país e investir numa **nova clínica cardiovascular** e em actividade de apoio à saúde pública e à continuação do programa **SISKA**.

Um programa fundamental que está em curso que afecta grande parte dos timorenses é o **programa Ita Nia Rai e o registo cadastral** do Ministério da Justiça. Com cerca de **14,5 milhões** iremos trabalhar nos direitos de propriedade de terras em Timor-Leste, o que contribuirá também para a segurança e o crescimento económico das comunidades.

Ainda no sector da justiça, e para melhor prestação de **serviços jurídicos** para o benefício dos cidadãos timorenses, irão ser investidos **20 milhões**. O investimento de **1 milhão de dólares** para o Ministério da Justiça processar os **passaportes biométricos** ira também facilitar as deslocações dos cidadãos timorenses ao estrangeiro.

Continuaremos também o programa de **importação de arroz e venda de produtos locais**, com **8,5 milhões** alocados no MCIA, com vista a apoiar o mercado nacional do arroz, contribuir para os programas de merendas escolares e prever o acesso básico a alimentos por toda a população, também em situação de emergência.

A **aquisição e distribuição de sementes** para o Ministério da Agricultura e Pescas continuar a apoiar o desenvolvimento da agricultura e a melhorar a segurança nacional, continuará a ser uma prioridade do Governo, com a alocação de **3,7 milhões** de dólares. Este Ministério irá ainda continuar a apoiar os **grupos de agricultores** com **1,4 milhões**, enquanto promoção da produção local.

A promoção da democracia em todo o país, o desenvolvimento rural e o fortalecimento das comunidades locais são factores fundamentais para combater as desigualdades sociais em Timor-Leste. Este orçamento irá atribuir **20 milhões de dólares**, em transferências públicas, através do Gabinete do Primeiro-Ministro, para apoio de **emergência e reabilitação de escolas e clínicas de saúde** em todo o território.

Ainda na óptica fundamental de desenvolvimento rural, irá ser alocado **17,8 milhões** para o Ministério da Administração Estatal continuar a apoiar o **PNDS**, **1,6**

milhões, em bens e serviços, para a CNE implementar o programa de eleições dos **Chefes de Suco** e **1,5 milhões** para a **eleição de líderes comunitários**.

O MCIA irá continuar a apoiar **cooperativas, grupos comerciais, industriais e grupos de protecção ambiental** com um financiamento de **4,8 milhões**. Incluímos ainda na SEAPRI, **1,5 milhões** para o nosso importante centro de bambu e para apoiar o **sector privado nas áreas da agricultura e turismo**, enquanto estratégia de diversificação económica e desenvolvimento industrial.

Irão ainda ser investidos **10,5 milhões** para o programa de **emprego rural**, sobretudo dos jovens, e **6,5 milhões** para apoio das artes e desporto através da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto.

Com **1,7 milhões**, em capital menor, irão ser adquiridos camiões de bombeiros e outros veículos especiais para várias instituições governamentais, a fim de aumentar a **segurança** das populações.

Empenhados que estamos em conhecer melhor a nossa população para melhor a poder servir, vamos financiar o **Censo de 2015**. Este estudo irá prestar importantes informações sobre os níveis de vida em Timor-Leste, com um investimento de **7,5 milhões** para este Censo e para o pagamento de quotas.

Conhecendo a importância do serviço de transporte do **Berlim Nakroma**, que exige investimento em combustível e manutenção, iremos continuar a financiar a prestação deste serviço com cerca de **1,3 milhões** de dólares. Também considerando esta necessidade fundamental, o Estado timorense irá dispor de **12 milhões de dólares** para o Ministério dos Transportes e Comunicações comprar um novo **ferry** para estar ao serviço da população.

E porque os nossos recursos naturais preciosos pertencem a todos os timorenses, não posso deixar de mencionar que continuamos a apostar fortemente neste sector, para retirar os máximos benefícios desta **riqueza soberana**. Iremos, por isso, continuar a financiar, através do Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, o ANP, o Timor GAP e o IPG, com **11, 5 milhões**, em transferências públicas.

O orçamento para 2015 investe em infra-estruturas de qualidade

O orçamento para 2015 prevê um investimento de 364 milhões de dólares para melhorar as infra-estruturas em Timor-Leste. O desenvolvimento de infra-estruturas continua a ser uma prioridade para o Governo, uma vez que contribui directamente para o crescimento económico e para a melhoria de prestação de serviços.

São necessárias melhores infra-estruturas para sustentar o crescimento económico, dado que as empresas necessitam de acesso fiável a água e a electricidade para aumentar a sua produção. As empresas necessitam igualmente de acesso a infra-estruturas de transportes para fazer chegar os seus bens aos consumidores.

As infra-estruturas suportam ainda a prestação de serviços públicos. Por exemplo, a existência de estradas de boa qualidade melhora o acesso das crianças às

escolas e o acesso dos doentes aos hospitais. As infra-estruturas são ainda cruciais para o desenvolvimento de sectores económicos complementares como o turismo e a agricultura. Sem estradas de qualidade, não existe possibilidade de escoamento para os mercados nem potencialidade de atracção para o turismo.

As estradas em Timor-Leste encontram-se em mau estado, o que desencoraja o investimento. Deste modo o Governo irá ao longo dos próximos quatro anos continuar a implementar um programa que visa a melhoria substancial da **rede rodoviária**, com um investimento de **59,8 milhões** em 2015.

Vamos também investir, no Fundo das Infra-estruturas, **9,8 milhões** para construção de **pontes**, **19 milhões** para os **aeroportos** e **8,9 milhões** para o desenvolvimento de **portos**.

Relativamente ao **programa de desenvolvimento do Oecusse**, o Governo acredita que este programa irá encorajar a deslocação de indústrias para Oecusse e apoiar o desenvolvimento económico e social da região. No Fundo das Infra-estruturas está previsto um investimento de **62,5 milhões** para este programa de desenvolvimento.

No que se refere à electricidade, é necessário mais trabalho no futuro para continuar a melhorar a distribuição e transmissão de **electricidade** e para melhorar a eficácia a nível do fornecimento. Estão alocados, no Fundo das Infra-estruturas, **58,1 milhões** de dólares para este efeito, sobretudo para os trabalhos planeados de um sistema de controlo central, iluminação de rua e um pontão em Hera.

Em relação ao **Tasi Mane**, o Governo está empenhado em continuar a desenvolver a indústria petrolífera e as indústrias relacionadas na Costa Sul, propondo para tal um investimento de **37,6** para este projecto.

Em infra-estruturas de **educação e de saúde**, estão previstos **8 milhões e 4 milhões** respectivamente.

O Governo alocou ainda **34,4 milhões** no FCTL para apoiar o **Programa de Desenvolvimento Integrado Distrital**, continuando assim a implementação de projectos a nível local de construção de pequenas obras de infra-estruturas, que para além de estimularem o desenvolvimento do sector privado, melhoram substancialmente a vida nas comunidades.

O investimento de **3 milhões** em capital menor, do Ministério das Obras Públicas irá também prover **equipamentos de água e instalação de electricidade** em todo o território. Também este Ministério, com **1,5 milhões** irá apoiar a **instalação de painéis solares** em comunidades sem acesso a electricidade, promovendo o uso de energias renováveis, enquanto se continua a assegurar a expansão da rede eléctrica a todas as comunidades, mesmo as mais remotas.

No geral estas despesas com infra-estruturas deverão contribuir para o crescimento económico a longo prazo e melhorar a prestação de serviços importantes como a saúde e a educação.

O orçamento para 2015 protege os timorenses que precisam e merecem

O Governo quer que todos os cidadãos beneficiem da mesma forma do crescimento económico, pelo que desenvolveu vários programas que visam proteger aqueles elementos na sociedade que mais precisam e merecem. Estes programas garantem que os benefícios do desenvolvimento económico são partilhados de forma ampla e que não beneficiam apenas um grupo reduzido de pessoas.

Está, por isso, previsto alargar consideravelmente os programas de transferências públicas. E, neste caso, o orçamento do Ministério da Solidariedade Social aumentou de 147,1 milhões de dólares em 2014 para 197,2 milhões em 2015.

Este orçamento inclui **130,4 milhões** de dólares destinados ao **pagamento de pensões para combatentes da libertação nacional**. Estes combatentes serviram o seu país durante a luta pela independência e é importante que partilhem agora da maior prosperidade que o país vive.

Também estão previstos, **1,8 milhões** de dólares, em bens e serviços, para o Ministério da Solidariedade Social investir em entretenimento e contribuições para **Combatentes da Libertação Nacional**, para honrar os sacrifícios feitos em prol da independência de Timor-Leste.

Considerando o papel fundamental da **Sociedade Civil e das Organizações não Governamentais** irão ser atribuídos **14 milhões** para que estas organizações, próximas da comunidade, possam apoiar os timorenses em necessidade.

O Governo estabeleceu igualmente uma dotação de **34,9 milhões** de dólares destinados ao pagamento de **pensões para os idosos e os inválidos**. Este é um programa importante que pretende apoiar aqueles que são demasiado idosos ou doentes para trabalhar e que reduz consideravelmente a pobreza. Também o programa da **Bolsa de Mãe** irá continuar a ser uma prioridade de forma a apoiar os grupos mais vulneráveis da nossa sociedade.

O Governo irá ainda com **2,7 milhões** apoiar os órfãos, sem-abrigo e deficientes e com **1,2 milhões** apoiar os programas da Cruz Vermelha e do VIH/SIDA, protegendo os mais vulneráveis que necessitam de assistência médica e merecem um cuidado especial por parte do Estado.

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Suas Excelências
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional
Suas Excelências
Senhoras e Senhores Deputados,

É indiscutível que o percurso já percorrido até hoje comprova que estamos a assegurar o objectivo central de desenvolvimento nacional.

Um país onde se vive em paz e segurança, apesar dos nossos escassos doze anos de existência independente, dá-nos agora as condições que estamos a potenciar

de nos tornarmos um país desenvolvido. Esta transformação, apresenta desafios que não cabem resolver no período de uma única geração.

Podemos, no entanto, criar as condições necessárias, para que a direcção seja a correcta.

Uma população instruída, saudável e profissionalmente activa, uma administração pública profissional e eficiente, um sector privado forte e capaz, e um país dotado de infra-estruturas básicas são as componentes necessárias para que o nosso caminho rumo ao desenvolvimento sustentável seja percorrido em menos tempo.

Investir na economia não-petrolífera do país é a receita principal para o sucesso. E esta, senhoras e senhores, está a crescer. Está a crescer porque a diversificação económica no nosso país começa a ser uma realidade e a sustentabilidade deste crescimento está a ser assegurada.

O nosso compromisso, o vosso compromisso, é para com o Povo de Timor-Leste!

Juntos, neste debate que agora vai começar, podemos construtivamente superar desafios e defender aquilo que jurámos fazer ao iniciar o exercício das nossas funções – defender o interesse nacional, proteger o povo timorense, e honrar os sacrifícios daqueles que sonharam com um Timor-Leste livre, soberano e desenvolvido.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão
Díli, 1 de Dezembro de 2014